

As RI vistas a partir do Brasil: Investigando o Papel da Escravidão Brasileira na Formação do Sistema Internacional Moderno

Alice Vazarin Perez*

Resumo

Este artigo traz uma análise acerca do papel da escravidão para formação do sistema internacional moderno. Dentro disso, seu objetivo é, mais especificamente, problematizar o papel que a escravidão no Brasil possui neste processo, principalmente focando no papel da mesma na formação do capitalismo em âmbito global. Para isso, emprega-se o conceito de capitalismo racial, colocando-o em diálogo o conceito de colonialidade, a fim de situa-lo no sul global e relaciona-lo com a formação e com o desenrolar da escravidão no país. De modo a desenvolver o seu argumento, o artigo está estruturado em duas seções. Na primeira seção, o artigo aborda a contextualização histórica do capitalismo e da sua formação racial que levaram à formação do conceito de capitalismo racial, delineando também a importância do mesmo para a análise da política internacional. Na segunda seção, será desenvolvido o tema da escravidão no Brasil, problematizando o papel das commodities extraídas no Brasil no processo de formação do capitalismo em âmbito global e, conseqüentemente, tornando mais evidente o seu papel na formação do sistema internacional moderno.

Palavras-chave

Capitalismo Racial, Colonialidade, Escravidão, Sistema Internacional.

Abstract

This article presents an analysis of the role of slavery in the formation of the modern international system. Within this, its objective is, more specifically, to problematize the role that slavery in Brazil has in this process, mainly focusing on its role in the formation of capitalism at a global level. For this, the concept of racial capitalism is used, placing it in dialogue with the concept of coloniality, in order to place it in the global south and relate it to the formation and development of slavery in the country. In order to develop the argument, the article is structured in two sections. In the first section, the article addresses the historical contextualization of capitalism and its racial formation that led to the formation of the concept of racial capitalism, also outlining its importance for the analysis of international politics. In the second section, the theme of slavery in Brazil will be developed, questioning the role of commodities extracted in Brazil in the process of formation of capitalism at a global level and,

1

*Discente do curso de Relações Internacionais e Integração da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA) – Artigo resultado de uma Iniciação Científica, com a orientação do Prof. Dr. Ramon Blanco

consequently, making their role in the formation of the modern international system more evident.

Key words

Racial Capitalism, Coloniality, Slavery, Modern Internacional System

Introdução

A escravidão no Brasil foi a mais duradoura da América e seu processo, junto a exploração, foi fundamental não só para o desenvolvimento econômico do país como para o processo de desenvolvimento mundial. Desse modo, este artigo irá apresentar, o papel da escravidão e do desenvolvimento capitalista racista do Brasil para a formação do sistema internacional moderno. Para isso, na primeira sessão, será exposto e explicado o termo Capitalismo Racial, ainda pouco pensado fora do cone norte, mas que, através dos seus estudos nos Estados Unidos é possível traçar uma semelhança tanto no Brasil como em todo o resto da América Latina.

O desenvolvimento do país, antes mesmo de ser considerado um país propriamente dito, se iniciou com a exploração das riquezas como fonte de matéria-prima para os produtos europeus, como apresenta o autor,

Até tempos recentes, a evolução da economia brasileira teve, por esteio, o esforço direcionado para a produção de um só artigo, de grande procura no mercado externo (SILVA, 1992).

Esses produtos, chamados de commodities, até hoje dominam boa parte da economia. A exploração foi praticada por meio de ciclos, chamados de ciclos econômicos e apenas foi possível o seu desenvolvimento com fortalecimento da mão-de-obra escravizada. Desse modo, para segunda sessão, entrelaçado a evolução dos ciclos econômicos, será de obra do artigo apresentar o papel da escravidão para isso, através do uso das teorias raciais e da economia no custo dessa produção. O capitalismo racial e a ideia de raça como um produto formado pela modernidade, aplicado aos moldes brasileiros, consistirá na maneira como o sistema moderno foi-se elaborado, trazendo em mente, junto a isso, o ideal da construção do capitalismo e do sistema internacional.

Para o desenvolvimento desse artigo, a metodologia utilizada foi a qualitativa, através da revisão bibliográfica em artigos e livros do meio sociológico/político, com o intuito de criar um leque de referências que iam desde a introdução do tema até outras problematizações distintas, no âmbito de exemplificar qual a melhor forma de trabalhar

com cada tema. Tais bibliografias tiveram como principais idiomas o inglês, dentro dos temas relacionados ao capitalismo racial, e o português, pelos temas ligados a escravidão e o desenvolvimento do capitalismo dentro da realidade brasileira.

Primeira Sessão: Desenvolvimento do Capitalismo Racial

Desde o declínio das sociedades feudais, se iniciou a formação do mercantilismo, que daria origem ao capitalismo, a mão de obra que se estabeleceu para o estabelecimento desse processo foi com base no trabalho do outro, dos indivíduos que estavam fora das sociedades, nesse período o trabalho migrante e “forasteiro”. Segundo Cedric Robinson (2018), não se tem nenhum momento na história da Europa e que esse grupo não teve um papel importante na economia, esse enfoque da sociedade feudal é a chave para o entendimento das questões relacionadas à raça. Entretanto, para isso, é necessário e fundamental entender as origens do racismo, e de como sua lógica se relaciona, junto a formação do capitalismo, como acrescenta Robinson:

O desenvolvimento do capitalismo pode ser determinado na sua forma como a composição social e ideológica de uma civilização que havia assumindo suas perspectivas fundamentais durante o feudalismo. (ROBINSON, 2018, p. 48, tradução minha)

Dado que, durante o feudalismo se desenvolveu, junto ao cristianismo, o aparato do uso exploratório da mão de obra dos não cristãos, e o uso dessa não cristandade como justificativa. Consequentemente, a sociedade se organizou através das diferenças culturais e raciais. A partir desse momento, pode-se entender que o capitalismo conseguiu se fortalecer através da diferenciação da sociedade, e a diferença mais notável é a cor da pele, desse modo:

A raça se converteu, em grande medida, na justificativa lógica da dominação, da exploração e do extermínio dos não europeus (ROBINSON, 2018, p. 50, tradução minha).

Assim, se vê que a formação do capitalismo está diretamente ligada a escravidão negra, mas é necessário entender as raízes que levaram a essa ligação. Quando se pensa na razão da escravidão como um todo, tem-se raízes econômicas e não primariamente raciais (WILLIAMS, 1975, p. 24), isso pode ser explicado pois, com a formação da sociedade escravista, os invasores, que depois se tornariam senhores de escravos viram na escravidão uma forma aumentar a produção em larga escala e, assim, puderam desenvolver de maneira rápida a acumulação primitiva de capital e, com as metrópoles, manter o comércio dos produtos produzidos pelos escravizados. Desse modo o

desenvolvimento do capitalismo mundial, tal qual a modernidade, está diretamente ligada a escravidão e a opressão da população escravizada.

Compreende-se, assim, que a escravidão não foi criada com o racismo, todavia o racismo pode ser considerado uma consequência da mesma, isso pois foi necessário a elaboração de explicativas do porquê da escravidão em tanta quantidade, além da necessidade de explicar os motivos de apenas determinados povos sofrerem com essa perseguição. A desumanização foi a via mais fácil, mas isso só foi possível devido ao apoio da Igreja, através das bulas papais e ao crescimento proporcionado pela escravidão, isso é, através desse processo começou, de forma exponencialmente, o desenvolvimento das metrópoles, como citado em “a escravidão, de sua condição de fator insignificante na vida econômica da colônia, tornou-se a base sobre a qual ela se estabeleceu” (WILLIAMS, 1975, p. 31), desse modo, fica claro que o transcurso da escravidão progrediu devido ao crescimento das metrópoles, através da exploração das colônias.

Vale reforçar, que por vias de melhor entendimento dos conceitos e da ideia apresentadas, a escravidão tratada nesse artigo é exclusivamente africana, isso pois, a escravidão como uma forma de punição é tão antiga quanto a própria história das civilizações. Entretanto, foi a partir do processo do qual está sendo tratado que ela se desenvolveu em uma nova forma, na qual julgava os indivíduos inferiores através de características fenotípicas, como uma maneira de justificativa (GOMES, 2019, p. 19). Se entende que esse processo específico de escravidão, no qual traz raízes mais profundas que anteriormente, na história, teve como principal desenvolvedor do capitalismo.

Nesse sentido, compreende-se o progresso de formação da raça, como uma classificação social. O pensador Peter Wade (2011) apresenta que alguns acadêmicos consideram que o pensamento racial surgiu no século XVIII, entretanto, o pensamento ligado a raça está diretamente entrelaçado ao colonialismo e ao imperialismo, desse modo, a partir das invasões ao Novo Mundo e do início da exploração, na qual o uso da mão de obra começou a intensificar, as questões relacionadas a classificação entre indivíduos podem ser presenciadas. Isso se dá, principalmente, a partir dos questionamentos ligados à Igreja, uma vez que os pagãos, ao princípio indígenas, eram considerados seres sem alma e/ou sem consciência. O uso da mão de obra africana, possibilitada pelas tomadas de territórios e a exploração do litoral do continente africano expandiu essa questão a cor da pele retinta, uma vez que, os africanos trazidos

ao continente americano não tinham domínio do território nem da língua, então contra os indígenas, apresentavam menores problemas aos senhores de escravos.

Em complemento, segundo Aníbal Quijano (2000), a categoria da raça foi formada a partir do desenvolvimento da modernidade. Uma vez que a modernidade está diretamente ligada ao processo de invasão, colonização e exploração da América, conclui-se que tal categoria se desenvolveu a partir da exploração da América como uma legitimação à dominação. Desse modo, desde o processo de colonização, se desenvolveu uma “distribuição racista do trabalho” (QUIJANO, 2000, p. 204, tradução minha) e sua divisão possibilitou o crescimento e desdobramento das trocas comerciais, que por sua vez, levaram ao florescimento do capitalismo na sociedade europeia.

Destaca-se, a partir dessas questões, que o capitalismo, de modo geral, se desenvolve através das desigualdades e da exploração, de maneira geral. Seu motor está na não aceitação de todos como iguais e na criação de uma norma/padrão de comportamento, aparência, etc. Todos que estão fora dessa norma, automaticamente estão a parte da sociedade capitalista e sofrem o peso dela, mas, o peso da raça se apresenta maior pois,

A raça é uma forma de categorização, um modo social e histórico de organização, que faz referência ao corpo, a natureza e a uma essência imutável que sinaliza uma diferença, criada, insuperável. (BHATTACHARYYA, 2018, p. 05, tradução minha)

Assim, pode-se entender que a raça, uma vez que é uma forma de categoria imutável e visível a todos, pode ser entendida como a maneira mais fácil e eficaz na qual o capitalismo usa como base para o seu desenvolvimento. Concebe-se, dessa forma, que como outras formas de categorização, o termo raça é uma criação social, isso pois, a raça não pode ser caracterizada como um termo estático e seu sentido é diretamente relacionado às condições históricas tais como, conflitos, poder, dominação (ALMEIDA, 2019).

Com essa contextualização, começa a se organizar as bases para o entendimento do conceito de capitalismo racial. O termo se apresenta como uma maneira de se organizar e entender os estudos vinculados ao tema da formação do capitalismo, do seu desenvolvimento, do papel da escravidão e da exploração. Entretanto, sua definição, apesar de muito nova, já estabelece inúmeras discussões e diferentes versões com o intuito de se determinar, da forma mais concreta os porquês do capitalismo atual se desenvolver em uma lógica racial, também cria, através das discussões, maneiras de se

pensar a solução do problema discutido, além de relacionar o desenvolvimento histórico com os problemas contemporâneos.

Para tal entendimento, é necessário perceber, primeiramente, que esse termo não tem como objetivo apresentar que o capitalismo é a máquina formadora do racismo, ou uma conspiração racista, apenas expor como o racismo tem um papel chave no desenvolvimento capitalista (BHATTACHARYYA, 2018). Esse papel chave vai ser discutido mais adiante, entretanto, é importante realçar que, como apresentado anteriormente, o capitalismo necessita da desigualdade para se organizar, entretanto, como exposto por Bhattacharyya (2018), tal organização se dá através da falsa noção de igualdade.

O capitalismo racial é um conceito no qual não existe a possibilidade de se desenvolver uma teoria, isso pois, a teoria pode ser definida segundo o dicionário Michaelis, como um “conjunto de princípios, regras ou leis, aplicados a uma área específica, ou mais geralmente a uma arte ou ciência” (MICHAELIS, 1998). Porém o conceito de capitalismo racial não apresenta uma ideia concreta nem um princípio, isso é, ele desenvolve uma série de análises da sociedade capitalista atual através da histórica exploração racial, porém é um termo que não apresenta uma definição por si só.

O termo [capitalismo racial] refere, em termos gerais, da relação entre a desigualdade racial e o capitalismo, mas a literatura não especifica uma única relação ou conexão causal entre eles. (GO, 2021, p. 38, tradução minha)

Vê-se, assim, que, além de amplo, seu significado pode ser adaptado ou mesmo alterado de acordo com qual ambiente e qual sociedade ele está sendo aplicado.

Ademais, é necessário notar que os pensadores que estudam o termo analisam apenas partes dessa questão, através de cada perceptiva de estudos, seja a questão econômica, política ou social, isso pois, “a exploração racial e a expropriação não são necessariamente um aspecto da formação do capitalismo” (BHATTACHARYYA, 2018), então o capitalismo racial não apresenta a raça como formadora do capitalismo, mas sua relevância para o desempenho atual desse sistema. Desse modo, o objetivo e o incentivo de se estudar o capitalismo racial se inicia na crença de que a econômica política surge de práticas de racialização e exclusão racial.

Essa lógica defendida estabelece que nem todas as humanidades são válidas. E, volta-se a ideia apresentada ao início da seção, no qual entende-se que, através do nacionalismo, do desenvolvimento do sentimento de pertencimento em uma determinada região ou grupo de pessoas, se iniciou, junto, a tradição de afastamento e

exclusão do diferente aquele núcleo. Dessa maneira, se organizou, mais presente, o falso sentimento de unitarismo e pertencimento, presente dentro da sociedade.

Assim, a sociedade desenvolve mecanismos e processos que amplificam o racismo expresso pelo próprio sistema e pelo estado,

Em suma, esses momentos incluem nos últimos tempos: a marcação e o policiamento das fronteiras para fins de controle de imigração; a exploração simultânea através da diferenciação da força de trabalho ao lado de uma celebração de formas particulares de diferença mercantilizada; a compreensão racializada que entra em jogo ao categorizar a atividade humana em trabalho e não trabalho; a batalhas ressurgentes sobre os termos da justiça econômica em uma época de recursos cada vez menores. (BHATTACHARYYA, 2018, p. 09, tradução minha)

Essas são questões, segundo a autora, em menor ou maior medida está presente na discussão do capitalismo racial, a partir do momento em que se pensa na base da divisão racializada do capitalismo.

Mas, é necessário pensar como essa categorização da sociedade e essa definição do modelo como ela opera pode nos ajudar a entender e a estabelecer relações históricas e mesmo contemporâneas de acontecimentos gerais e de exceção. O desenvolvimento do capitalismo está diretamente ligado à colonização, como já citado por Quijano anteriormente, e sua consequência se vê presente nas sociedades que antes foram colônias e atualmente sofrem com desenvolvimento tardio e com pressões impostas desde o período colonial, como o Brasil.

Para pensar em tal ideia, pode-se compreender o conceito de colonialidade, “que nomeia uma lógica da fundação e do desenvolvimento da civilização ocidental desde do Renascimento, isso é, com as grandes navegações e a invasão da América, até hoje” (MIGNOLO, 2011, p. 3). A colonialidade, sendo assim, são os processos presentes nas sociedades pós-coloniais que conotam, ainda, dependências coloniais, no sentido de se manter estruturas de dominação e padrões de poder, mesmo que não seja de maneira explícita, como foi na época do domínio direto. Ela pode existir e exercer força de diferentes formas na sociedade, como no saber, no poder e em diversos outros níveis entrelaçados, como no controle da economia, no controle de gênero, no controle da subjetividade (MIGNOLO, 2010, p.11).

Ao relacionar tudo que já foi exposto a ideia de colonialidade torna-se clara a relação entre o capitalismo racial e a colonialidade, uma vez que, o capitalismo racial define o fator determinante da exploração e da desigualdade racial como um desenvolvedor do capitalismo e a colonialidade tem o papel de exemplificar essa

exploração e essa desigualdade. Além disso, tais relações se tornam mais explícitas e fáceis de se relacionar quando se entende a relação presente entre colonialidade/modernidade nos países latino americanos e, além disso, aplica tal conceito de capitalismo racial nesses países.

A modernidade, motor desenvolvedor do capitalismo, como apresentado por Quijano (2000), só consegue operar de forma como ela é através do aparato da colonialidade, isso é, através dos mecanismos no qual as sociedades antes coloniais se desenvolvem na base de uma dependência a partir dos Estados considerados desenvolvidos, mas que na verdade são os estados que adquiriram este desenvolvimento pois desde as invasões exploram e roubam. Por esse motivo que os pensadores da teoria decolonial expõem que a modernidade é um produto direto da colonialidade e sem ela a modernidade não conseguiria se desenvolver (BALLESTRIN, 2003).

A partir desse ponto, fica explícito a presença e o papel do capitalismo racial na América Latina, uma vez que, a raça surgiu com a colonização como citado em “surgiu um tipo de classificação social próspera para a empresa colonial: a ideia de raça” (BALLESTRIN, 2003, p. 101) e o desenvolvimento do capitalismo se iniciou no mesmo. Desse modo, é possível entender que através das grandes desigualdades estabelecidas nos territórios que sofreram com a colonização e com o uso da mão de obra escrava o capitalismo pode se fortalecer e viu brechas para, com a exploração racial, manter essa organização racista na qual seu desenvolvimento é certo e imutável. Bhattacharyya (2018) mostra, através das ideias de Maria Mies, que a divisão humanitária entre o produtivo e não produtivo é central para entender os prelúdios do capitalismo e para esse entendimento tem-se a categorização das desigualdades dentro do mesmo, na qual o não produtivo é, também, o racializado e o que é colocado à margem.

Com isso, torna-se possível entender o desenvolvimento do Sistema Internacional moderno em vistas de uma estrutura racista de distribuição do capital. Entretanto, é necessário colocar como entendimento o pensamento de que a economia capitalista, ao seu desenvolvimento, usa do papel de subordinação de determinados povos, depois de períodos de repressão, exploração e genocídio para manter os processos que beneficia apenas a uma classe específica, que historicamente está no poder desses privilégios. Para que isso seja possível, é estabelecida uma falsa igualdade entre os indivíduos e essa falsa igualdade torna-se a maior explicação do que seria o capitalismo racial, historicamente e contemporaneamente.

Bhattacharyya (2018) exemplifica o capitalismo racial através da analogia de uma grande casa, que se comporta como um labirinto e o fim do mesmo é uma grande sala confortável, existe a narrativa de que todos dentro da casa podem chegar ao final do labirinto, entretanto a realidade é que algumas pessoas nunca conseguiram, e essa exclusão é necessária para a manutenção do conforto da sala final. Com esse exemplo, a explicação se mostra clara, uma vez que, o capitalismo apresenta uma falsa ideia de isonomia entre os indivíduos, porém necessita a assimetria e da variabilidade para seu real crescimento.

Com isso, conclui-se que capitalismo racial, como conceito, tem raízes históricas e se muda de acordo com as relações presentes em cada sociedade, seu desenvolvimento se dá devido a formação racializada do capitalismo que, desde seus primórdios usava da desigualdade racial, estabelecida pela colonização, com pilar básico de sua organização. A raça foi o primeiro e maior determinador das relações sociais entre diferentes grupos, antes das classes sociais capitalistas (ORTEGAL, 2018), e mesmo depois, sua diferenciação organizou as presentes classes do capitalismo. Entretanto, não fica claro, ainda, como esse estabelecimento de uma sociedade baseada na exploração racial ajuda a impulsionar o desenvolvimento do sistema internacional moderno, ponto esse que será apresentado em seguida.

Segunda Seção: escravidão brasileira e o sistema internacional moderno

A raça, como pensada e desenvolvida anteriormente precisa ser analisada atrelada as condições históricas em que ela foi desenvolvida, desse modo, esta seção se debruçará em como o processo de escravidão, que fomentou o conceito de racismo conhecido, teve o papel não só de desenvolver esse conceito, mas de desenvolver toda a sociedade global no sistema internacional que é conhecido atualmente.

A escravidão no Brasil se organizou através da necessidade da metrópole de explorar o território conquistado a fim de seu crescimento, dado que era um Estado em plena expansão. Para isso, como apresenta Laurentino (2019), o território recebeu o maior montante de pessoas escravizadas do mundo, advindas de várias partes do continente africano e distribuídas pelo território brasileiro. Entretanto, o mais interessante em se analisar é que esse montante não chegou em um período curto de tempo nem em uma linha cronológica estável, em realidade, é possível perceber períodos de aumento e períodos de declínio na chegada de indivíduos escravizados.

Esses períodos explicam a importância desse processo doloroso no Brasil para a formação do sistema internacional.

É de suma importância, pensar no contexto de desenvolvimento da colônia portuguesa para compreender o modo como se organizou a chegada dos povos escravizados no território. Os períodos de crescimento da colônia foram criados a partir de ciclos econômicos, voltados para a exportação de matérias primas, em sua maioria para a metrópole, mas também para outras nações europeias como a Inglaterra que ajudaram no estabelecimento desses ciclos e, ademais, da elaboração de uma economia de dependência. Essa dependência pode ser vista em algumas áreas, como a dependência da mão de obra escrava e a dependência dos países de industrialização precoce, principais compradores, mas também, principais exportadores de produtos industrializados para o território brasileiro.

Além disso, é preciso se atentar que tal processo de desenvolvimento do capitalismo a partir da escravidão ocorreu nos territórios colonizados e explorados, mas seus resultados foram usufruídos e aproveitados pelas metrópoles, isto é, pelas sociedades exploradoras. As vantagens trazidas pelo uso de mão de obra escravizada nas colônias proporcionaram o avanço da revolução industrial na Europa, além de possibilitar o desenvolvimento da urbanização, ambas de forma a trazer benefícios apenas as capitais coloniais. Enquanto isso, as colônias, cada vez mais, foram organizadas para cuidar das necessidades primárias, através das monoculturas e ciclos únicos de produção.

Através do Atlas of the Transatlantic Slave Trade (2010) é possível considerar e analisar os dados numéricos relacionados a essa diáspora forçada, que são mais do que explicativos. Ao total, em mais de 500 anos de escravidão no país, cerca de 4.624.000 (quatro milhões, seiscentos e vinte e quatro mil) pessoas escravizadas entraram no território, com o adendo de que esse montante não conta as pessoas que morreram no trajeto entre a captura e a chegada. Desse total pode-se ver pelo menos três claros intervalos de ascensão da vinda de indivíduos entre o período de 1560 e 1867. Além desses intervalos é possível estabelecer três regiões de maior chegada, que são Salvador, Rio de Janeiro e Recife, percebendo uma clara mudança na hegemonia de cada região com o passar do tempo, conseqüentemente, com o desenrolar e as mudanças dos ciclos. A partir desse momento, o presente artigo se debruça na análise, relação e contextualização do Atlas (2010), do livro de Eric Williams (1975) e dos Ciclos Econômicos (1992).

O primeiro período a ser analisado pode ser compreendido entre 1560 e 1642, dado que, até 1560 a principal mão de obra usada na América portuguesa era nativa, desse modo, a partir de 1560 se inicia a chegada massiva de escravos, com um montante final de 296.000 (duzentos e noventa e seis mil) pessoas, tendo como a principal entrada em Recife e Salvador. É possível identificar o ciclo da cana-de-açúcar, que se iniciou no meio desse período, dado que a mão-de-obra indígena não foi bem estabelecida nesse trabalho e começou a ser substituída. Além disso, vale ressaltar que, junto ao açúcar, exportado a metrópole, era produzido a aguardente, subproduto utilizado na troca de negros escravizados na costa africana (SILVA, 1992).

A cana de açúcar não era refinada no território brasileiro, muito menos em Portugal, sua matéria prima era exportada para a Holanda, onde estava localizado às refinarias e, assim, o açúcar era fabricado e depois exportado para o resto da Europa. Desse modo, pode-se ver uma clara relação comercial, visto que, o lucro era dividido entre as duas nações, Portugal e Holanda e, através das famílias reais, constituíam e mantinham uma relação próxima de comércio. Tal relação se desemboca no domínio holandês por uma parte do nordeste, que além da disputa por uma terra fértil para se plantar a cana-de-açúcar, foi-se uma disputa pelo mercado de mão de obra escravizada (GOMES, 2019), uma vez que, segundo Laurentino apresenta na fala de Adriann van der Dussen, conselheiro das Índias Ocidentais “sem negros nada se pode cultivar aqui” (apud GOMES, 2019, p. 264).

O próximo período a ser analisado é entre 1642 e 1807, nesse momento tem-se um intervalo de tempo em que ainda se mantém o ciclo da cana-de-açúcar, porém ocorre seu declínio e se inicia o ciclo da mineração. Devido a isso, nesse intervalo é possível ver o momento em que mais se teve a chegada de indivíduos escravizados, cerca de 2.146.000 (dois milhões, cento e quarenta e seis mil), com o principal porto na Bahia, onde chegaram mais escravos que em qualquer porto do Oceano Atlântico nos séculos XVII e XVIII (ELTIS, RICHARDSON, 2010). O ciclo do ouro evidenciava a carência de metais preciosos na Europa, além de apresentar a necessidade de Portugal em se estabelecer como uma potência voltada às questões de exportação, dado que, essa matéria prima extraída no território brasileiro não se mantinha em Portugal.

O desenvolvimento do ciclo do ouro desencadeou, na sociedade brasileira, a formação de uma elite local, porém, antes de local, uma elite exportadora, que, ademais as “barreiras” estabelecidas pela metrópole, se adentraram no comércio ultramarino, através, principalmente das relações econômicas com os países europeus. Entre as

principais importâncias, demonstradas pelos livros didáticos hegemônicos, sobre a descoberta das Américas se tem a extração dos metais preciosos, que levou a economia e o desenvolvimento da Europa a níveis nunca antes vistos (WILLIAMS, 1975).

Abrindo um parêntese para os períodos, cabe ressaltar que a própria questão relacionada a captura, transporte e o manuseio mais rentável desses corpos escravizados levou ao desenvolvimento das nações mercantis, através de seu desenvolvimento de frota e expansão naval, como apresentado por Williams que,

O comércio externo naturalmente acarretou um enorme desenvolvimento da frota mercante e da construção naval [...] e os defensores do tráfico de escravos argumentavam que sua abolição aniquilaria a marinha por eliminar uma grande fonte de marinheiros. (WILLIAMS, 1975, p. 64)

Ademais, o crescimento do comércio dos países europeus estava direto ou indiretamente ligados a esse desenvolvimento mercante, dado que, como Williams (1975) pontua, os indivíduos apostaram nessa nova forma de enriquecimento, iam as colônias administrar o comércio de escravos e depois voltavam com a riqueza ao seu país de origem, onde trazia suas riquezas para a nação.

O último período analisado por Eltis e Richardson (2010) que faz sentido para as presentes ponderações é o intervalo entre 1808 e 1851, que contou com 1.630.000 (um milhão, seiscentos e trinta mil) pessoas escravizadas chegando ao território brasileiro. Esse número se divide em três regiões, sendo elas Recife, Bahia e Rio de Janeiro que apresentam algumas características específicas da economia desse período que explicam, tanto o porquê de essas regiões serem as principais como a importância desse período pro cenário internacional. Primeiramente, temos, nesse período, a ascensão do Rio de Janeiro como uma cidade urbana, casa da nova capital da colônia e da família real, hospedada no Brasil após sua fuga de Portugal. Devido a isso, se demanda, além dos processos da manufatura açucareira e cafeeira, um processo de mão-de-obra para as cidades. Já na região nordeste tem-se o estabelecimento da indústria açucareira, principalmente em Pernambuco e o início dos comércios bilaterais com a África, para a chegada de mais escravos (ELTIS, RICHARDSON, 2010).

Tal processos, além de contar com o aumento das tecnologias dos navios negreiros, onde os comerciantes entendiam a perda de vidas como prejuízo aos lucros e desenvolveram métodos de organização para inibir possíveis revoltas, eles estabelecem um novo período para o Sistema Internacional, pois ele já se estruturava completamente

através das trocas advindas do trabalho direto e indireto de escravos e, a família real no território brasileiro foi o ponto final para esse estabelecimento.

Em concomitância, o colonialismo e a escravidão geraram, na sociedade, uma fonte inesgotável de comércio para as mercadorias europeias, a colonização “elevou o sistema mercantil a um grau de esplendor e glória que de outro modo nunca teria sido alcançado” (apud WILLIAMS, p. 57, 1975) mas essa glória apenas pode ser atingida com o tráfico de escravos, principalmente pois,

O navio negreiro zarpava da metrópole com uma carga de artigos manufaturados. Estes eram trocados com lucro, na costa da África por negros, que eram traficados nas plantações com outro lucro, em troca de uma carga de produtos coloniais a ser transportados para a metrópole (WILLIAMS, p.58, 1975)

O autor, apresenta o quão lucrativo o comércio de escravos eram usando como exemplo a Inglaterra, entretanto, sabe-se que as condições e a forma de fazer comércio de Portugal não se diferenciavam muito, principalmente pois um dos principais clientes dos navios negreiros ingleses eram os colonos portugueses. Vale analisar, além disso, que esse comércio nunca era uma negociação direta, passando, assim, por diversos meios, indivíduos e nações, do produto manufaturado até os produtos coloniais, essa troca complexa de produtos é uma das principais questões que levam a se desenvolver o sistema internacional. É importante perceber, com essa estrutura de comércio, a dependência desenvolvida entre as colônias, que apenas se especializaram e mantinham sua produção nas matérias primas, e as metrópoles. Essa relação, posteriormente, levará a manutenção da dependência dos países independentes e a falta de crescimento, relação essa que pode ser estabelecida junto à colonialidade.

Desse modo, entende-se como o processo de escravidão levou ao desenvolvimento da economia mundial, e conseqüentemente do estabelecimento do sistema internacional moderno. Como foi exposto, que ao se falar do processo, ele é entendido por toda a extensão, desde as relações de troca da coroa portuguesa na costa africana, até as capturas e compras de escravos, ao transporte, à venda no território brasileiro e seu trabalho no espaço. Isso pois, o mercado, como uma espécie de “cadeia de produção” gerou, em cada uma das etapas a criação e o desenvolvimento de elites que em seus países auxiliaram tanto no processo de industrialização quanto nos processos de evolução de tecnologias.

Além disso, esse andamento levou, como apresentado na primeira seção, à criação e perpetuação das teorias raciais que colocam o negro como indivíduos a serem

escravizado. Essa questão, atrelada ao desenvolvimento do sistema internacional, gera um sistema intrinsecamente ligado ao racismo, uma vez que sua construção e consolidação se deu por meio dessas teorias. Assim, se entende como o desenvolvimento de teorias como o capitalismo racial é tão facilmente exemplificado tanto historicamente quanto nos dias de hoje.

Não obstante, se percebe que o sistema internacional se formou pelo processo colonial da escravidão e continuou se alimentando e se fortalecendo dessa exploração, adquirindo características que necessitam, de alguma forma, da manutenção dessa questão. Com isso, o capitalismo se formou aos moldes dessa permanência, com o racismo estruturalmente presente e manuseado como um dos pilares de desenvolvimento do mesmo e, junto, o sistema internacional moderno cresceu, bebendo das fontes de criação do capitalismo e dos crescentes avanços promovidos pelo processo de escravidão.

Conclusão

Desse modo, conclui-se, com a argumentação apresentada, que a escravidão tem um papel diretamente ligado a formação e desenvolvimento do capitalismo mundial, que leva ao sistema internacional moderno, principalmente quando se leva em consideração a sua organização estruturalmente racista. Além disso, se entende que a falta de estudo sobre o tema se dá pelo apagamento e acobertamento dessa relação. Entretanto percebe-se a presença clara e dicotômica, uma vez que desenvolveu o sistema atual por ele ter sido gerado por um processo de trabalho forçado e tortura.

Assim, fica claro a intenção da primeira seção, que se debruça na formação do capitalismo e da escravidão, junto a contextualização de capitalismo racial na qual a teoria, mesmo que desenvolvido no norte global, faz jus aos problemas enfrentados, historicamente, no sul global atrelado as diversas facetas da colonialidade. Ademais, se coloca em evidência como o capitalismo racial e a ideia de raça são uma construção do sistema internacional, através do desenvolvimento do capitalismo.

A segunda seção, com o aprofundamento da relação do desenvolvimento dos ciclos econômicos do Brasil, com o uso de mão de obra escrava foi possível entender a relação global dessa questão doméstica, junto ao incentivo determinadas faixas da sociedade que levaram o comércio para o patamar internacional que se conhece atualmente, com o desenvolvimento relacional do sistema internacional moderno.

Levando-se em consideração as discussões delineadas ao longo do texto, esse artigo pretende servir como uma contribuição para o pensar do processo da escravidão não como um acontecimento isolado ou que relaciona apenas Estados específicos, mas como um mercado internacional que teve papel fundamental no desenvolvimento das nações primárias e hegemônicas e, conseqüentemente, um papel da manutenção da dependência das antigas colônias escravistas.

Bibliografia

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural: feminismos plurais**. São Paulo: Pólen, 2019.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o Giro Decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 11, n. 1, p. 89-117, mai. 2013.

BHATTACHARYYA, Gargi. **Rethinking Racial Capitalism: questions of reproduction and survival**. Londres: Rowman e Littlefield, 2018. 126 p.

ELTIS, David; RICHARDSON, David. **Atlas of the Transatlantic Slave Trade**. Londres: Yale University Press, 2010.

GOMES, Laurentino. **Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de zumbi dos palmares**. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019. Revisão e anotações: Alberto da Costa e Silva.

GO, Julian. Three Tensions in the Theory of Racial Capitalism. **Sociological Theory**, Chicago, v. 39, ed. 1, p. 38-47, ago. 2021.

JENKINS, Destin; LEROY, Justin (ed.). **Histories of Racial Capitalism**. Nova York: Columbia University Press, 2021.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad de poder, eurocentrismo y América Latina. En libro: **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latinoamericanas. Edgardo Lander (comp.) CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina. Julio de 2000. p. 246.

MICHAELIS moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 1998. **Dicionários Michaelis**, 2259 p. Disponível em:

<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/teoria>.

Acesso em: 17 jan. 2022.

MIGNOLO, Walter D. **The darker side of Western modernity**: Global futures, decolonial options. Duke University Press, 2011.

_____. **Desobediencia epistémica**: Retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.

ORTEGAL, Leonardo. Relações raciais no Brasil: colonialidade, dependência e diáspora. **Serviço Social & Sociedade**, [S.L.], n. 133, p. 413-431, dez. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.151>.

ROBINSON, Cedric. Capitalismo racial: el carácter no objetivo del desarrollo capitalista. **Tabula Rasa**, 2018, p. 23-56. <https://doi.org/10.25058/20112742.n28.2>

SILVA, José Lucas da. Os Ciclos Econômicos: contribuições para o desenvolvimento do Brasil. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, v. 758, n. 1, p. 91-114, nov. 1992.

WADE, Pater. **Raza y naturaliza humana**. Tabula rasa, enero-junio, 2011, p. 205-226. Universidad colegio Mayor de Cundinamarca. Bogotá, Colombia. Disponível em: <https://redalyc.org/pdf/396/39622094009.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e Escravidão**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1975. Tradução e notas: Carlos Nayfeld.